

“Investidores de longo prazo no Brasil”

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A família Dart, proprietária da Dart Container Corporation em Michigan, que se tornou o quarto maior credor do Brasil, veio a público na segunda-feira, pela primeira vez, para expor sua posição. A nota divulgada por sua porta-voz Melissa Krantz, do The Krantz Group em Nova York, diz que “Brasil rejeita a participação da família Dart no Plano de Financiamento” (veja íntegra nesta edição).

Mas o negociador-chefe da dívida brasileira, André Lara Resende, diz que o Brasil não rejeita a oferta da família Dart de trocar todos os seus Mydfas (sigla em inglês para “instrumento de depósito do acordo multi anual” de 1988) pelo bônus de capitalização parcial de juros (Bônus C) do futuro Plano Brady do Brasil. É o Comitê Assessor de Bancos que não aceita isso.

Uma fonte com assento no Comitê Assessor de Bancos disse na segunda-feira a este jornal que “André Lara Resende tem toda razão. Nós fizemos um grande esforço para distribuir as opções no cardápio do Brasil, porque devido à queda nas taxas de juro, o valor presente dos novos bônus é muito diferente agora do que na época em que os negociamos, de abril a junho de 1992. O comitê até aceitaria um tratamento especial para a família Dart, se houvesse garantia de que o tratamento especial iria parar aí. Mas essa garantia não existe”.

COMITÊ

Informada por este jor-

nal sobre esse ponto, Melissa Krantz disse que “do ponto de vista da família Dart, é apenas uma tecnicidade essa distinção entre o Brasil e o Comitê Assessor de Bancos para o Brasil. Na nota, nós tomamos essas duas entidades como sendo uma só, o Brasil”.

Na realidade, o Brasil é representado agora por André Lara Resende, e os credores, pelo Comitê Assessor de Bancos.

Krantz foi também informada por este jornal de uma declaração da fonte do comitê, dizendo que “a família Dart nunca nos procurou durante o processo de negociação, que foi concluído há mais de um ano”.

Ela insiste em que a distinção é uma tecnicidade e chama a atenção para o quinto parágrafo da nota divulgada ontem em nome da família Dart, onde seu banqueiro de investimentos, Frederick Abendroth, argumenta: “Ao oferecer trocar 100% de seus títulos por instrumentos sem garantia, a família Dart estava economizando para o Brasil US\$ 200 milhões em custos iniciais com colateral”.

O Bônus C é considerado o mais valioso dos instrumentos do Plano Brady do Brasil (veja estudo do Chemical Bank nesta edição). A família Dart começou a comprar Mydfas nos últimos dois anos, segundo rumores de mercado, por uma de duas razões: estaria planejando construir uma fábrica no país, ou acreditava que haveria um programa agressivo de privatizações. Estima-se que

controle entre US\$ 1,3 bilhão e US\$ 1,5 bilhão do papel, adquirido a preços entre 32 e 34 centavos por dólar.

Ao preço corrente, a família já teve um lucro de 50%. Segue abaixo o texto do comunicado sobre a posição da família Dart:

A família Dart (proprietária da Dart Container Corp.) anunciou ontem que o Brasil rejeitou a proposta da família para participar do programa de reestruturação da dívida do Brasil aos bancos comerciais.

Através de aquisições de dívidas brasileiras no mercado secundário durante os últimos dois anos, a família Dart tornou-se o quarto maior credor privado do Brasil.

“A família Dart é um investidor de longo prazo no Brasil”, afirmou Frederick Abendroth, gerente de investimento dos Dart. “Quando o plano de financiamento brasileiro foi anunciado inicialmente em setembro de 1992, os Dart foram incentivados a se comprometer a trocar seus créditos brasileiros por bônus brasileiros novos, sem lastro. Assim o fizeram. No entanto, fomos informados no começo desta semana de que o Brasil agora considera apropriado rejeitar esse compromisso.”

O plano de financiamento brasileiro atolou anteriormente neste ano quando o Brasil indicou sua insatisfação com a composição de compromissos que tinha recebido com várias opções oferecidas pelo plano. Uma grande maioria dos credores optou por trocar sua dívida pelos chamados “bônus ao par”, a alternativa mais dispendiosa para o Brasil. Os “bônus ao par” exigem que o Brasil adquira obrigações de cupom zero do governo norte-americano e depois prometa usar esses instrumentos para lastrear o principal devido no vencimento de seus novos “bônus par”. Na tentativa de reduzir o custo desse lastro, o Brasil

pediu aos seus credores para transferir uma parte de créditos a outras opções, menos dispendiosas.

A família Dart, entretanto, concordara desde o começo em aceitar todos os bônus brasileiros sem lastro que foram oferecidos como parte do plano de financiamento brasileiro. “Isso é o que torna a situação tão lamentável, do ponto de vista brasileiro”, afirmou Abendroth. “Ao oferecer a troca de 100% de seus créditos por instrumentos não lastreados, os Dart estavam com efeito economizando ao Brasil mais de US\$ 200 milhões em custos de lastro. Só podemos supor que, tendo cometido um erro em suas diretrizes de troca de instrumentos de dívida, o Brasil e o Comitê de Assessoramento de Bancos Credores acharam que tinham de conviver com esse erro, independentemente das consequências para o Brasil”.

A família Dart disse que espera continuar a manter seus créditos brasileiros como investimento de longo prazo. A família acredita que o Brasil pretende levar adiante a finalização do plano de financiamento brasileiro.

As implicações mais amplas dessa situação referem-se ao papel dos investidores do mercado de capitais em programas de reestruturação de dívida do País negociados por comitês formados exclusivamente por bancos comerciais. “Apesar de ser o quarto maior credor do Brasil”, observou Abendroth, “a família Dart nunca foi consultada durante as negociações que resultaram no plano de financiamento brasileiro ou no pedido do Brasil e troca de instrumentos de dívida. Em um número de países que passam por reestruturação de dívida, os bancos comerciais como um grupo não detêm mais a maioria do endividamento do País. Entretanto, as negociações ainda são conduzidas exclusivamente pelos bancos, sem nenhuma consulta significativa aos verdadeiros detentores da dívida”.